

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Apresentação:** Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da JPMorgan Chase Bank, National Association do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício de

2021, a Instituição apresentou um lucro líquido de R\$ 7.770 mil, sendo que no exercício anterior apresentou lucro líquido de R\$ 9.566 mil. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por quatro membros, todos eles diretores do Banco J.P. Morgan S.A..

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 22 de março de 2022. São Paulo, 22 de março de 2022  
A Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	Dezembro		Passivo	Nota	Dezembro	
		2021	2020			2021	2020
<b>Circulante</b>		<b>1.389.387</b>	<b>915.219</b>	<b>Circulante</b>		<b>989.022</b>	<b>511.250</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4</b>	<b>550.500</b>	<b>156.518</b>	<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		<b>980.933</b>	<b>504.213</b>
Disponibilidades		7.726	18.722	Depósitos	10	143.090	106.043
Aplicações interfinanceiras de liquidez		542.774	137.796	Instrumentos financeiros derivativos	6	120.331	398.170
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>838.847</b>	<b>758.678</b>	Carteira de câmbio	7	717.512	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	-	356.654	<b>Obrigações fiscais correntes</b>	<b>9a</b>	<b>6.480</b>	<b>5.571</b>
Instrumentos financeiros derivativos	6	121.411	402.024	Outros passivos		1.609	1.467
Carteira de câmbio	7	717.436	-	<b>Não circulante</b>		<b>345.794</b>	<b>417.216</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>8</b>	<b>40</b>	<b>23</b>	<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		<b>317.581</b>	<b>395.254</b>
<b>Não circulante</b>		<b>387.463</b>	<b>447.512</b>	Depósitos	10	-	10.477
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>387.425</b>	<b>447.474</b>	Instrumentos financeiros derivativos	6	317.581	384.777
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>317.655</b>	<b>384.854</b>	<b>Obrigações fiscais diferidas</b>	<b>9b</b>	<b>6.769</b>	<b>908</b>
Instrumentos financeiros derivativos	6	317.655	384.854	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	11	21.444	21.054
<b>Ativos fiscais correntes</b>		<b>652</b>	<b>647</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>12</b>	<b>442.034</b>	<b>434.264</b>
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	<b>9b</b>	<b>9.997</b>	<b>3.640</b>	Capital social		258.218	258.218
<b>Outros ativos</b>	<b>8</b>	<b>59.121</b>	<b>58.333</b>	Reservas de capital		18.617	18.617
<b>Investimentos</b>		<b>38</b>	<b>38</b>	Reservas de lucros		165.199	157.429
<b>Total do ativo</b>		<b>1.776.850</b>	<b>1.362.731</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.776.850</b>	<b>1.362.731</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)**

	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital social	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	de 2021		
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>258.218</b>	<b>18.617</b>	<b>18.137</b>	<b>129.726</b>	-	<b>424.698</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.566	9.566	
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	12	-	-	478	-	(478)	-	
Reserva estatutária	12	-	-	-	9.088	(9.088)	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>258.218</b>	<b>18.617</b>	<b>18.615</b>	<b>138.814</b>	-	<b>434.264</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.770	7.770	
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	12	-	-	389	-	(389)	-	
Reserva estatutária	12	-	-	-	7.381	(7.381)	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>258.218</b>	<b>18.617</b>	<b>19.004</b>	<b>146.195</b>	-	<b>442.034</b>	
<b>Em 30 de junho de 2021</b>		<b>258.218</b>	<b>18.617</b>	<b>18.702</b>	<b>138.814</b>	<b>1.650</b>	<b>436.001</b>	
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	6.033	6.033	
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	12	-	-	302	-	(302)	-	
Reserva estatutária	12	-	-	-	7.381	(7.381)	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>258.218</b>	<b>18.617</b>	<b>19.004</b>	<b>146.195</b>	-	<b>442.034</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A JPMorgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), constituída como estabelecimento no Brasil de Sociedade Estrangeira e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Atua como filial do JPMorgan Chase Bank, National Association, e está autorizada a operar com as carteiras comercial e de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis da Instituição foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de março de 2022.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2021. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jp.org.br/p/disclosures>).

**3. Principais práticas contábeis**

**(a) Apuração do resultado** - É apurado pelo regime de competência.  
**(b) Instrumentos financeiros derivativos** - Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de swaps e de outros derivativos estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período.  
Para cálculo do valor de mercado das operações de swaps e de outros derivativos são utilizados como base os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.  
**(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.  
**(d) Passivos circulante e não circulante** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos.  
**(e) Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, do CMN, e Carta-Circular nº 3.429, do BACEN.  
**(f) Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.  
**(g) Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.  
**(h) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada até junho de 2021 à alíquota de 20% e entre julho de 2021 e dezembro de 2021 à alíquota de 25%, seguindo a majoração prevista na Lei nº 14.183/21 (conversão da MP nº 1.034/21). Para os meses de janeiro e fevereiro de 2020, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 15%. A partir de março de 2020, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20%. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2021.  
**(i) o crédito tributário de IRPJ** foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados; e  
**(ii) o crédito tributário relativo à CSLL** foi calculado mediante a utilização da alíquota de 20% sobre ajustes temporários.  
**(g) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até três meses.  
**4. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até três meses.

Disponibilidades em operações compromissadas - posição bancada

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Disponibilidades em operações compromissadas - posição bancada	345.600	137.796
Aplicações em depósitos interfinanceiros	197.174	-
<b>Total</b>	<b>550.500</b>	<b>156.518</b>

**5. Aplicações em depósitos interfinanceiros:** São representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros com prazo original de vencimento superior a três meses.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	356.654
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>356.654</b>

**6. Instrumentos financeiros derivativos:** A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Depósitos a prazo	135.119	7.971	143.090	116.520
<b>Total</b>	<b>135.119</b>	<b>7.971</b>	<b>143.090</b>	<b>116.520</b>

**a. Composição por indexador**

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal Dezembro de 2021	Valor nominal Dezembro de 2020
<b>Operações de swap</b>	<b>324.479</b>	<b>324.479</b>	<b>2.221.546</b>	<b>3.618.750</b>
Outros	324.479	324.479	2.221.546	3.618.750
<b>Outros derivativos</b>	<b>114.587</b>	<b>113.433</b>	<b>5.456.009</b>	<b>10.862.377</b>
Moedas	114.587	113.433	5.456.009	10.862.377

**b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado**

	Valor de custo	Ganhos/Perdas não realizados	Valor de mercado Dezembro de 2021	Valor de mercado Dezembro de 2020
<b>Ativo</b>	<b>390.777</b>	<b>48.289</b>	<b>439.066</b>	<b>786.878</b>
Operações de swap	303.043	21.436	324.479	513.160
Outros derivativos	87.734	26.853	114.587	273.718
<b>Passivo</b>	<b>390.258</b>	<b>47.654</b>	<b>437.912</b>	<b>782.947</b>
Operações de swap	303.043	21.436	324.479	513.160
Outros derivativos	87.215	26.218	113.433	269.787

**c. Composição do valor nominal por vencimento**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total Dezembro de 2021	Total Dezembro de 2020
Operações de swap	-	26.076	1.783.800	411.670	2.221.546	3.618.750
Outros derivativos	2.150.031	2.967.174	338.804	-	5.456.009	10.862.377

**d. Valor nominal por local de negociação**

	Balcão	Total Dezembro de 2021	Total Dezembro de 2020
Operações de swap	2.221.546	2.221.546	3.618.750
Outros derivativos	5.456.009	5.456.009	10.862.377

**e. Valor nominal por contraparte**

	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Total Dezembro de 2021	Total Dezembro de 2020
Operações de swap	1.110.773	1.110.773	2.221.546	3.618.750
Outros derivativos	2.727.985	2.728.024	5.456.009	10.862.377

**f. Resultado por produto**

	Receita	Despesa	Resultado líquido Dezembro de 2021	Resultado líquido Dezembro de 2020
Operações de swap	1.335.205	(1.335.673)	(468)	(1.850)
Outros derivativos	251.918	(250.033)	1.885	4.540

**7. Carteira de câmbio:** As operações de câmbio em aberto da Instituição estão demonstradas conforme abaixo:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
<b>Ativo</b>	<b>354.826</b>	<b>362.610</b>
Câmbio comprado a liquidar	354.826	362.610
Direitos sobre vendas de câmbio	-	-
<b>Total</b>	<b>354.826</b>	<b>362.610</b>
<b>Passivo</b>	<b>355.825</b>	<b>361.687</b>
Câmbio vendido a liquidar	355.825	361.687
Obrigações por compra de câmbio	-	-
<b>Total</b>	<b>355.825</b>	<b>361.687</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a Instituição não possuía operações de câmbio em aberto.  
**8. Outros ativos:** Estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 59.121 (dezembro de 2021 – R\$ 58.333).

**9. Imposto de renda e contribuição social**  
**a) Obrigações fiscais correntes** - Correspondem, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 6.047 (dezembro de 2020 – R\$ 5.474).  
**b) Ativos e obrigações fiscais diferidos** - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Diferenças temporárias		
Contingências	9.308	2.991
Provisão para honorários advocatícios	678	632
Outras	11	17
<b>Créditos tributários – ativo</b>	<b>9.997</b>	<b>3.640</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas – passivo</b>	<b>6.769</b>	<b>908</b>

Em 2021 foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 6.389 (dezembro de 2020 – R\$ 200) tendo sido realizado R\$ 32 (dezembro de 2020 – R\$ 115). Foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 6.484 (dezembro de 2020 – R\$ 504), tendo sido realizado R\$ 623. No ano de 2020 não houve realização de passivo fiscal diferido. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 9.997 (dezembro de 2020 – R\$ 3.640) é estimada conforme abaixo:

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
1%	2%	2%	5%	5%	10%	10%	20%	20%	25%	

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e na Resolução nº 2 do BACEN, para fins de balanço os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo. A Instituição considerou, prospectivamente, os critérios de compensação de ativos e passivos fiscais diferidos estabelecidos pela Resolução nº 4.842 do CMN, que entrou em vigor em janeiro de 2021. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 4.649 (dezembro de 2020 – R\$ 2.214). A Instituição possui créditos tributários sobre prejuízo fiscal não ativados em função da ausência de expectativa de realização de tais créditos, no montante de R\$ 1.419 (dezembro de 2020 – R\$ 1.419).

**c) Resultado de imposto de renda e contribuição social:** O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Resultado antes do IRPJ e CSLL	15.206	16.994
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(7.603)	(7.647)
Efeito CSLL 5%	143	195
Outros	24	24
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	167	219
<b>Resultado de IRPJ e CSLL no período</b>	<b>(7.436)</b>	<b>(7.428)</b>

**10. Depósitos**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total Dezembro de 2021	Total Dezembro de 2020
Depósitos a prazo	135.119	7.971	143.090	116.520
<b>Total</b>	<b>135.119</b>	<b>7.971</b>	<b>143.090</b>	<b>116.520</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO**

	Nota	Julho-Dezembro			Janeiro-Dezembro		

...continuação

# J.P.Morgan

## JPMorgan Chase Bank, National Association

C.N.P.J. nº 46.518.205/0001-64

### REPRESENTANTES LEGAIS NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior  
Daniel Costa Barreto  
Daniel de Moraes e Silva Granja

Decio Ramos Porchat de Assis  
Eduardo Pera Silva

Flávia Rocha Lima de Almeida Prado  
Jorge Constantino Bernardes dos Santos

### DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

### CONTADOR

João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

**JP Morgan Chase Bank, National Association**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JP Morgan Chase Bank, National Association em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022.



**pwc** PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti  
Contador CRC 1SP172940/O-6

